



RIOTRILHOS

O desmonte do pouco que restou

Continua o desmonte do que restou da Cia do Metropolitano do Rio de Janeiro, hoje Riotrilhos. O processo que começou a muito tempo mas, que se acentuou no governo Marcelo Alencar que, depois de muito tempo voltou a fazer investimentos mas, já com o propósito de entregar o sistema a iniciativa privada, lembrando que já a época com a parceria de Sergio Cabral como presidente da Alerj, que foi o grande parceiro da entrega de pratica-

mente todo patrimônio público do estado. Sergio Cabral, após dois mandatos de governos da família Garotinho, é eleito e consegue aumentar o endividamento do estado, antecipa as receitas futuras, posterga as despesas e ainda dá isenções fiscais da ordem de R\$ 138 bilhões deixando o estado prontinho para a bancarrota e o entrega para o parceiro Pezão.

Bem. O resultado foi a nossa empresa num estado de penúria total onde falta de tudo, onde até os valores que descontam dos

nossos míseros salários não são repassados a que de direito como FGTS, empréstimos consignados, as mensalidades do sindicato, Refer com meses de atrasos, além dos nossos benefícios sempre com atraso. A única coisa que pagam rigorosamente em dia são faturas das empreiteiras para isso vão a Brasília vão ao raio que partam mas, pagam.

Não nos venham contar histórias de hipocrisia. Basta.

ANDAMENTO DOS PRINCIPAIS PROCESSOS COLETIVOS

ENTRE NÍVEIS - 1993 - A Juíza concedeu um prazo de 15 dias para manifestação da empresa sobre os cálculos apresentados pelo Sindicato, sob pena de pagamento ou liberação da Carta de Fiança Bancária;

DISSÍDIO 1996 - 4,44%

O Juiz decidiu pela individualização, isto é, formar um novo processo para cada beneficiário, criando cerca de 2600 novos. Entramos com um agravo de instrumento para garantir o nosso direito constitucional de substituto processual;

DISSÍDIO 1998 - 4,10%

O perito da Vara do Trabalho estimou o pagamento dos cálculos

em R\$ 150,00 por beneficiário num total de 1160. O Juiz deverá emitir ofícios aos Cartórios para anotação das penhoras e a indisponibilidade dos imóveis e penhoras requeridas e, aceitas por ele.

ACORDO 2000 - 9,85%

A Juíza ainda não se manifestou sobre o nosso recurso.

DISSÍDIO 2001 - 7,069%

O processo continua com a PGE

que ainda não se manifestou sobre os cálculos.

DISSÍDIO 2002 - 9,16%

A Procuradoria fez a devolução do processo com suas respectivas contestações no que se refere aos cálculos.

DISSÍDIO 2003 - 32,95%

O juiz designou um perito contador para que apresentasse orçamento para elaboração dos cálculos.

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

O Sindicato recebeu cópia de um parecer assinado pela ASJUR/Transportes-PE, sobre a viabilidade de implantação de um PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – PDV de iniciativa de empregados da RIOTRILHOS que está sob análise do nosso jurídico e logo que concluída convocaremos uma reunião ampliada para tratar do assunto.

REUNIÃO AMPLIADA

Pauta: Processos Jurídicos,

Plano de Demissão Voluntária (PDV) e Assuntos Gerais.

Dia: 29/09 (quinta-feira) - Horário: 14 horas - Local: Auditório da Sede

LINHA DIRETA



Publicação Oficial do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Metroviários, Veículos Leves sobre Trilhos e Monotrilhos do Rio de Janeiro - SIMERJ

Gestão 2015/2017 - Filiado à FENAMETRO

www.simerj.org.br - simerj@simerj.org.br - tel.: (21) 2532-0331 22/09/2016 Nº 12

Rua Santa Amélia, 41 - Praça da Bandeira - CEP. 20260-030 - Rio de Janeiro

FALÊNCIAS ECONÔMICA E MORAL DOS GOVERNANTES DO ESTADO

Em meio a mais grave crise fiscal de sua história recente, na sequência de 5 mandatos do PMDB, com os serviços de saúde, educação, transporte e segurança pública ameaçados por um rombo de R\$ 19 bilhões nas finanças estaduais; o Estado que concedeu isenções nesse período que montaram cerca de R\$ 138 bilhões, contou com soluções emergenciais para evitar o fiasco da pri-

meira Olimpíada realizada em país da América Latina.

Com uma média de 16 assassinatos por dia, a violência é uma das maiores preocupações. Enquanto os agentes policiais sofrem com atrasos de salários, sendo que as UPP e UPA estão em avançado processo de desmonte, em função da falta de recursos.

Algumas instalações olímpicas esportivas só ficaram prontas, já com os jogos em andamento, apesar dos gastos

terem sido triplicados os seus valores orçados inicialmente.

Houve uma inequívoca demonstração de incompetência; bilhões de reais mudaram a configuração espacial do Rio e, só poucos se beneficiaram como de costume, onde uma minoria enche os bolsos em vultosos contratos, enquanto a população continua à espera de um legado que seja substantivo para ela e seu Estado, senão vejamos:

- Os jogos Pan-Americanos de 2007, orçados em R\$ 390 milhões, ao final ficaram em R\$ 3,3 bilhões e, até hoje, processos por desvios e superfaturamento correm nos Tribunais.

- Um cientista americano que morou no Brasil por diversos anos para estudar os impactos da realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, que é um especialista no assunto, verificou que o sub aproveitamento dos equipamentos esportivos faz parte da lógica dos grandes eventos, porém, estranhou o fato do Brasil confiar a organização da Rio2016 às mesmas pessoas que cuidaram do fracassado projeto do Pan; “a época, Eduardo Paes era o Secretário municipal de Esporte e Lazer e Carlos Nuzman, chefe do Comitê Organizador”, observou. “Fazer negócio com desperdício é sempre melhor para quem mama nos cofres públicos”. Nuzman está à frente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB desde 1995, apesar do fraco desempenho do Brasil nas Olimpíadas no período.

OBS.: a crise econômica pode ser superada, porém com uma reversão gradual da política econômica, segundo o especialista em economia, Pedro Paulo Z. Bastos, da UNICAMP.

“Tudo depende agora do encaminhamento da crise política. O problema é que ela tem sido usada como pretexto para mudar a Constituição Federal.”

O objetivo do ‘Programa Pontes para o Futuro’, significa reduzir custos salariais

diretos e indiretos. Um modelo de crescimento orientado não para o mercado inter-

no, mas prioritariamente para o mercado internacional.



ARROCHÃO

Somente para os trabalhadores

O projeto de desestabilização e derrubada do governo eleito sempre teve como objetivo aumentar o lucro do grande capital. Para isso, estão tentando diminuir a carga tributária, não a que recai sobre o trabalhador assalariado, mas a dos patrões, promover um arrocho salarial, aumentar a carga horária de trabalho, terceirizar a mão de obra e a precarização das condições de trabalho.

Fazer prevalecer o negociado sobre o legislado numa economia em recessão onde acontece o desmonte das organizações sindicais com uma legislação repressiva impedindo o exercício do direito de greve e as ações dos movimentos sociais criminalizando-as, inclusive como terrorismo. Tudo isso não poderá dar em outra coisa, senão em arrocho salarial e aumento do lucro dos patrões.

O governo golpista já apresentou um projeto de um "plano de saúde popular" tendo como objetivo o desmonte do SUS. Se os pla-

nos de saúde tops, cujos valores são absurdos, não atendem as necessidades básicas de seus clientes, imaginem os chamados populares.

A nosso ver, o quesito onde os trabalhadores ativos e inativos serão mais prejudicados é na previdência social. Já apresentaram proposta de aumento do tempo de contribuição e as mulheres só se aposentariam com a idade mínima de 65 e os homens aos 70, além de acabar com as aposentarias especiais para professores e outras atividades especiais com periculosidade, insalubridade e penosidade.

Na educação acontecerá um grande desmonte e um enorme retrocesso em todos os avanços obtidos com as escolas técnicas, a universalização do ensino técnico, universitário com as políticas de cotas, as bolsas intercâmbios e toda a política

de investimentos já feita. O arrocho salarial acontecerá em todos os setores e, principalmente, para os aposentados cuja política de correção do salário mínimo, hoje vinculada a inflação mais o PIB será mudada, provocando com certeza a perda do poder de compra também daqueles que recebem além do mínimo. É bom lembrar que o governo golpista fez com que os estados inadimplentes tivessem perdoada parte de suas dívidas e exige como contrapartida que os estados não possam aumentar suas despesas acima da inflação nos próximos 20 anos, provocando uma redução de investimentos na saúde, educação, segurança e na contratação de novos quadros de funcionários públicos, aumentando os índices de desemprego e a falta de perspectiva para quem vai chegar ao mercado de trabalho.

O ATAQUE AO ESTADO BRASILEIRO

Este mesmo grupo reassume o poder para consumir aquilo que o projeto neoliberal de FHC

não conseguiu, ou seja, o desmonte total do estado. Eles entregarão nas mãos de seus pares, financiados

com dinheiro dos bancos públicos, as empresas que restaram inclusive os bancos, se não integralmente, mas,



continuação da página anterior

naquilo que eles têm de mais lucrativo, deixando o que não interessar aos tubarões do mercado.

Não interessa a eles que o povo trabalhador tenha uma Caixa Econômica e um Banco do Brasil disputando o mercado e praticando taxas de juros de 2% ou 3% nos empréstimos consignados se eles, sem os bancos públicos, podem praticar 12% ou mais como era no governo de FHC, mesmo com inflação num patamar baixo.

No sistema elétrico, mesmo com os problemas que temos e as tarifas que todos reclamam não dá

para acreditar de são consciência que haverá uma política tarifária melhor que a que está aí, se entregarmos ao capital privado o que resta. Na Argentina o atual governo propôs um aumento de 500% nas tarifas de energia para acabar com o subsídio à população que está desesperada.

É fato que grande parte de tudo que foi privatizado caiu nas mãos das grandes empreiteiras como metrô, rodovias/pedágios, energia elétrica, gás, aeroportos e até a distribuição de água o que nem de longe significou melhores serviços ou menor tarifa, muito pelo contrário.

Os serviços pioraram em

grande parte, além da redução dos postos de atendimento e precarização das condições de trabalho.

Quem financiou até hoje a construção de habitação com subsídios para a população nas mais diversas faixas de renda com juros compatíveis ao poder aquisitivo da população foram os bancos públicos. Quem financiou a produção industrial e a agricultura com juros subsidiados foram os bancos públicos. É muito difícil de imaginar como poderemos sobreviver se não houver banco público para financiar o crescimento do país.

CORREÇÃO DA APOSENTADORIA

Em função do Dissídios Coletivos

Tendo como base os dissídios e, conforme já divulgado, no site do Simerj. Estamos recebendo a documentação dos interessados no pedido de correção do va-

lor da aposentadoria baseados nas sentenças das ações de dissídios, conquistados a partir de 1996.

A orientação é que se faça primeiro, por via administrativa, junto a previdência e, se houver negativa por

falta de homologação dos cálculos, aguardar a referida homologação e com isso também evitar a prescrição do prazo que é de 10 anos. Para maiores informações procurar no site ou entrar em contato.

CORREÇÃO DA APOSENTADORIA

Por Desaposentação

Como é do conhecimento de todos as ações que tratam da matéria DESAPOSENTAÇÃO encontram-se há 13 anos no aguardo de uma decisão do Supremo Tribunal Federal e em virtude

das últimas notícias veiculadas na imprensa e nos pronunciamentos do atual governo, existe uma proposta de mudança nas regras para impedir o ingresso de novas ações isso posto, o Jurídico do Simerj sugere aos interessados que o fa-

çam o mais rápido possível.

No contra ponto a vontade do governo alguns aposentados tem obtido êxito no pedido através da **tutela de evidência** que tem como base de sustentação do novo código de processo civil.